



# CRCPE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DE PERNAMBUCO



## PLANO DE INTEGRIDADE 2022 - 2023



# PLANO DE INTEGRIDADE

CONSELHO REGIONAL DE  
CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO  
2022 - 2023

**Presidente**

Maria Dorgivânia Arraes Barbará

**Vice-Presidente de Administração e Finanças**

Eduardo Carlos Pessoa de Amorim

**Diretora Executiva**

Luciana Maria Rodrigues

**Equipe Técnica Responsável**

Luciana Maria Rodrigues

Rita de Cássia Menezes Calaça

Lúcia Helena Passos de Araújo

Ana Gabriela de Queiroz Guimarães

Henrique de Lima Dias

**Colaboração**

Assessoria de Comunicação

---

Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco

Plano de integridade / Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco. Recife/PE: CRCPE, 2022. 25 p.  
Publicação online.

1. Plano de Integridade – Manual e Procedimentos. 2. Governança Corporativa. 3. Gestão de Risco.  
4. Transparência Pública. I. Título.

# Sumário

<b>Palavra do Presidente .....</b>	<b>4</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Estrutura de Governança .....</b>	<b>6</b>
<b>Fundamentos do Programa de Integridade .....</b>	<b>8</b>
<b>Comprometimento e apoio da Alta Administração .....</b>	<b>9</b>
<b>Unidade Responsável e Instâncias de Integridade.....</b>	<b>10</b>
<b>Alta Administração .....</b>	<b>10</b>
Plenário.....	10
Conselho Diretor .....	11
Vice-Presidências .....	11
<b>Comissão de Gestão da Governança Corporativa.....</b>	<b>12</b>
<b>Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta .....</b>	<b>12</b>
<b>Ouvidoria .....</b>	<b>13</b>
<b>Portal da Transparência e e-SIC .....</b>	<b>14</b>
<b>Controle Interno .....</b>	<b>14</b>
<b>Auditoria Interna.....</b>	<b>15</b>
<b>Agentes de Integridade.....</b>	<b>15</b>
<b>Comitê de Gestão de Riscos .....</b>	<b>15</b>
<b>Estratégias de Monitoramento Contínuo .....</b>	<b>17</b>
<b>Capacitação .....</b>	<b>18</b>
<b>Canais de Comunicação .....</b>	<b>19</b>
<b>Canais de Atendimento ao Usuário .....</b>	<b>20</b>
<b>Principais Contatos Institucionais .....</b>	<b>20</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>21</b>
<b>Apêndice I—Categorias de Riscos à Integridade .....</b>	<b>22</b>
<b>Apêndice II—Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos em Riscos à Integridade</b>	<b>24</b>

## Palavra da Presidente

A governança tem sido um foco no Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRCPE), e um dos seus pilares é pautado na gestão da ética e da integridade. Por isso, damos mais um passo para o aprimoramento de nosso Plano de Integridade, que ora apresentamos em sua segunda edição, para o biênio de 2022 a 2023, sendo mais uma iniciativa do Conselho no seu compromisso com as boas práticas de governança, visando garantir à sociedade o pleno cumprimento de sua missão institucional.

Uma Gestão da Integridade cujos mecanismos de conformidade, transparência, correição, controle interno, ética, dentre outros, se bem definidos e aplicados, permite a tomada de decisão subsidiada em critérios técnicos consistentes, gerando significativos ganhos em qualidade na prestação dos serviços públicos e, em consequência, na agregação de Valor Público.

Todas as práticas de Governança que vem sendo implantadas desde de 2019 estão em conformidade com todos os requisitos legais e com os devidos padrões éticos, anseio este que se materializou na publicação da Lei Anticorrupção, em 2013 (Lei n.º 12.846), um marco a favor da integridade em todo o país. Alinhada com essa nova diretriz, a Controladoria Geral da União (CGU) lançou uma série de normativos referentes à implementação de um Plano de Integridade por órgãos e entidades da Administração Pública.

As ações apresentadas no decorrer deste Plano englobam, inicialmente, aquelas definidas para os exercícios de 2022 e 2023, que serão revisadas anualmente em um ciclo de planejamento, implementação e aprimoramento contínuos para efetivação do Programa de Integridade do CRCPE.

Contadora Maria Dorgivânia Arraes Barbará  
Presidente

## Introdução

O CRCPE é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e alterações posteriores, com sua estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Como uma entidade de fiscalização profissional, o CRCPE tem por finalidade registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, fiscalizar o exercício da profissão contábil e desenvolver atividades de educação profissional continuada voltadas para os profissionais da contabilidade, visando garantir à sociedade que os trabalhos desenvolvidos por eles sejam realizados com ética, boa técnica e nos termos da legislação vigente.

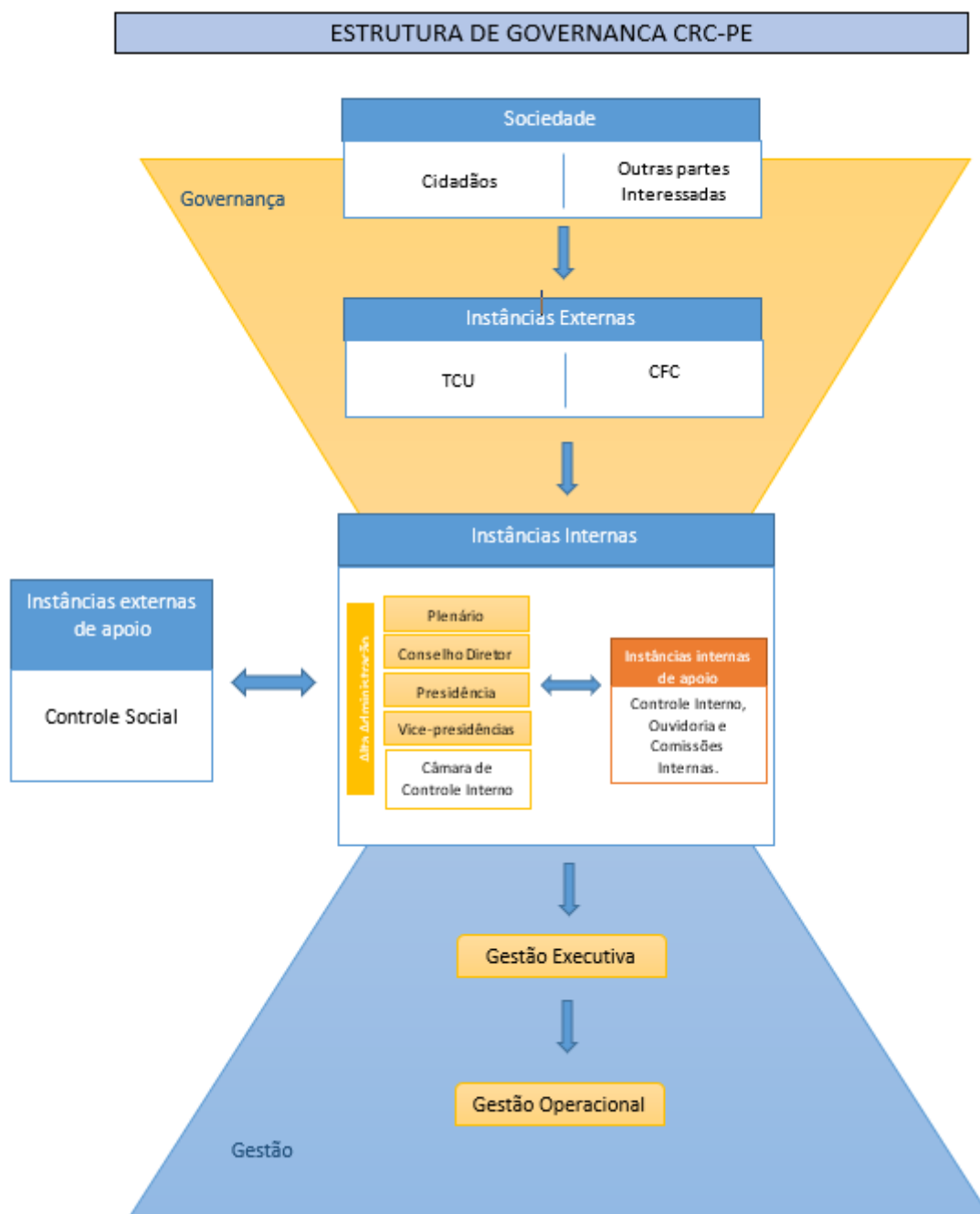
O CRCPE atua em todo o estado por meio da sede, das sub-sedes, delegacias regionais e representações, que, além de cumprirem um papel de representação político-institucional, agilizam os serviços e facilitam o contato com os profissionais que residem no interior.

O presente documento tem como objetivo sistematizar ações no que tange à temática da integridade no âmbito do Conselho que, devidamente coordenadas e articuladas, demonstram os passos que o CRCPE deve seguir em direção à conquista de um ambiente íntegro em todas as suas esferas de atividades, visando prestar os melhores serviços.

# Estrutura de Governança

O Decreto n.º 9.203/2017 elenca a integridade como princípio da Governança Pública (Art. 3º, inciso II) e ressalta que órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional deverão instituir programa de integridade e comitê interno de governança.

A alta administração é composta do Plenário, do Conselho Diretor e das Vice-presidências, que integram o organograma do Conselho Reginal de Contabilidade de Pernambuco, responsável por definir e avaliar a estratégia e as políticas, monitorando a conformidade e o desempenho dessas e atuando nos casos de desvios identificados.



**Figura 1** – Estrutura de Governança (Portal do CRCPE, 2019)

Integram a estrutura de Governança do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco:

I. Instâncias Externas:

- Tribunal de Contas da União;
- CFC.

II. Instâncias Internas:

- Alta Administração;
- Câmara de Controle Interno.

III. Instâncias Internas de Apoio à Governança:

- Controle Interno;
- Ouvidoria;
- Comissões internas.

A Comissão de Gestão da Governança tem o objetivo de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva.

Em 11 de dezembro de 2019, o CRCPE criou seu Comitê de Integridade, instituído por meio da Portaria CRCPE n.º 168/2019, com o objetivo de ser uma unidade responsável pela implementação no CRCPE do programa de integridade; bem como analisar, avaliar e gerir os riscos associados ao tema e promover o monitoramento contínuo dos atributos do Programa de Integridade.

Compete ao Comitê de Integridade:

- coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade;
- orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;
- promoção de outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade;
- elaboração do Plano de Integridade;
- levantamento de riscos do Plano de Integridade e medidas para seu tratamento;
- previsão sobre a forma de monitoramento e a realização de atualização periódica do Plano de Integridade.

# Fundamentos do Programa de Integridade

O Programa de Integridade do CRCPE fundamenta-se em princípios, valores e padrões normativos do setor público e adota uma abordagem baseada em riscos, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos do CRCPE, aprovado pela Resolução CRCPE n.º 376 de 10 de fevereiro de 2020, e concebido em observância à missão, à visão e aos valores organizacionais presentes no Planejamento Estratégico de 2018-2027 do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.543 de 22 de agosto de 2018:

## Missão do Sistema CFC/CRCs

- Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

## Visão do Sistema CFC/CRCs

- Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

## Valores do Sistema CFC/CRCs

- Ética;
- Excelência;
- Confiabilidade; e
- Transparência.

Além do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, os princípios e as normas da administração pública federal também fundamentam o Programa de Integridade do CRCPE, na medida em que estabelecem a obrigação de se praticar atos que atendam ao interesse público, dentro dos limites da legalidade, eficiência e moralidade administrativa. A partir das regras contidas no Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs, em conjunto com o Plano de Gestão de Riscos foi possível categorizar os riscos à integridade, uma vez que essas normas regulamentam não só prerrogativas, direitos e deveres dos agentes públicos, como também medidas preventivas, remediadoras e corretivas no caso de ações que possam levar a conflito de interesses, prejuízos ao erário, abuso de poder, fraudes e corrupção.

As principais políticas e normas internas que influenciam o Programa de Integridade do CRCPE são:

- **Política de Governança:** garante a aderência aos princípios, às diretrizes e às boas práticas da Governança Institucional.
- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação:** define diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, conforme dispõe a IN SLTI/MPOG n.º 04/2010.
- **Política e Plano de Gestão de Riscos:** estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos no processo de gestão de riscos integrados ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, programas, projetos e processos do CRCPE.
- **Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs:** orienta os auditores do CFC, dos CRCs e demais profissionais da contabilidade, que buscam subsídios acerca dos procedimentos adotados pela auditoria do Sistema CFC/CRCs e das imposições normativas.
- **Plano de Desenvolvimento de Líderes (PDL):** é um instrumento que estabelece ações de capacitação, visando à qualificação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos gestores do CRC-PE, incluindo o Conselho Diretor, Conselheiros, Chefes de Setores e Comissão de Governança.



- **Código de Conduta** para os Colaboradores e Funcionários do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.
- **Regimento da Comissão de Conduta** do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco.
- **Plano de Cargos e Salários:** estabelece os requisitos e as atribuições de todos os cargos, inclusive os de liderança. Documenta a composição da força de trabalho no CRCPE, as faixas salariais e as normas referentes à progressão.
- **Ouvidoria:** funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCPE.
- **Portal da Transparência:** fornece informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo CRCPE para a classe contábil e a sociedade em geral.
- **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC:** atende aos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação, servindo de canal de comunicação entre o cidadão e o CRCPE.
- **Portaria de Competência:** estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamentos de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens.
- **Plano Contratações Anual:** consolida as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão.
- **Carta de Serviços ao Usuário:** informa ao usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CRCPE.
- **Plano de Logística Sustentável:** ferramenta de planejamento que possibilita estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, buscando uma atuação socioambiental em conformidade com as boas práticas sustentáveis e legislações específicas.

## Comprometimento e apoio da Alta Administração

Considerando que a alta administração é composta do Plenário, do Conselho Diretor e das Vice-presidências, que integram o organograma do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, responsável por definir e avaliar a estratégia e as políticas, monitorando a conformidade e o desempenho destas e atuando nos casos de desvios identificados. O Quadro 1 relaciona as principais ações de comprometimento da alta administração no âmbito do Programa de Integridade do CRCPE.

**Quadro 1 – Ações de comprometimento da Alta Direção**

Ações	Responsável	Realizado em
Aprovação da edição de 2022 do Plano de Integridade	Presidente do CRCPE, Conselho Diretor e Plenário do crcpe	Novembro /2022
Disponibilização do Plano de Integridade no site do CRCPE	Diretoria Executiva	Permanente
Identificação, avaliação e tratamento de riscos à integridade	Comitê de Gestão de Riscos	Contínuo
Análise e acompanhamento dos riscos à integridade	Conselho Diretor do CRCPE	Mensal
Monitoramento das medidas de integridade	Comitê de Integridade	Contínuo

# Unidade Responsável e Instâncias de Integridade

## Alta Administração

A Alta Administração possui sua composição e competências dispostas no Regimento do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, aprovado por meio da Resolução CRCPE n.º 358 de 26 de julho de 2017 e alterações. A alta administração é composta pelo Plenário, Conselho Diretor e Vice-Presidências, que integram o organograma do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

### Plenário

É composto por 18 conselheiros efetivos, com igual número de conselheiros suplentes, eleitos segundo a legislação pertinente. O Plenário exerce também a função de Tribunal Regional de Ética e Disciplina (TRED), para o julgamento dos processos administrativos oriundos da Câmara de Ética e Disciplina.

Ao Plenário do CRCPE, compete:

- Orientar, disciplinar, fiscalizar, pelos órgãos próprios, o exercício da profissão de Contabilista, coibindo e punindo as infrações e comunicando às autoridades os fatos que apurar, cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- Decidir sobre a concessão de Registro Profissional de acordo com as normas vigentes;
- Conceder registro cadastral e expedir certificado de cadastro;
- Examinar e julgar reclamações e representações escritas, sobre os serviços de registro e cadastro, bem como, as infrações dos dispositivos legais, relativos aos exercícios da profissão de Contabilista;
- Elaborar o projeto de seu Regimento Interno, de suas alterações, submetendo-os à aprovação do CFC;
- Eleger o Presidente, Vice-Presidentes e os Membros das Câmaras, dando-lhes posse;
- Apreciar e aprovar o orçamento anual do CRCPE e autorizar abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, bem como operações referentes às mutações patrimoniais, podendo em ato específico, delegar ao Presidente a realização de ajustes orçamentários, pré-estabelecendo o limite para este ato em valor ou percentual;
- Julgar os balancetes mensais de receita e despesa, os balanços do exercício e as prestações de contas, após o parecer da Câmara de Controle Interno, para encaminhamento ao CFC;
- Apreciar e votar proposições sobre a matéria da competência legal e regimental;
- Autorizar, por proposta do Presidente, a publicação de matéria de interesse do CRCPE, inclusive o relatório anual de seus trabalhos, bem como a relação dos profissionais habilitados, a exceção de matérias inseridas no órgão de divulgação do CRCPE, que independem da aprovação do Plenário;
- Conceder licença ao Presidente e Vice-presidentes e aos demais Conselheiros, bem como, quando for o caso, aplicar-lhes penalidades;
- Aprovar o Organograma da Entidade, o quadro pessoal, criação de cargos e funções, fixação de salários e gratificações, diárias de viagens e autorização de execução de serviços especiais, mediante proposta do Conselho Diretor;
- Adotar, dentro do âmbito de sua competência e jurisdição, todas as medidas de interesse do exercício da profissão contábil, adotando as providências necessárias as suas regularidades e defesa;
- Cooperar com os órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal sediados no Estado de Pernambuco, no estudo de solução dos problemas referentes à profissão contábil, encaminhando ao CFC os assuntos da alçada Federal;
- Tomar providências necessárias, ao pronto e fiel cumprimento dos atos e recomendações do CFC, quando não o tenha feito o Presidente;

- Delegar competência;
- Appreciar, com efeito de pedido de reconsideração, os recursos de pedidos de registro indeferidos, bem como recursos de pedidos indeferidos de Baixa de Registro Profissional e Cancelamento de Registro Cadastral;
- Assinar as Resoluções aprovadas;
- Manter estreito relacionamento com as entidades da Classe Contábil e Conselhos Regionais de Profissões Liberais do Estado de Pernambuco;
- Deliberar sobre as decisões do Conselho Diretor e das Câmaras de Controle Interno, de Registro, de Fiscalização, de Desenvolvimento Profissional e de Ética e Disciplina;
- Rever seus julgados;
- Appreciar e aprovar convênios, acordos, contratos, no sentido de alcançar objetivos relacionados ao aprimoramento científico e cultural da Classe Contábil.

## Conselho Diretor

O Conselho Diretor é composto pelo presidente e pelos vice-presidentes do CRCPE.

Ao Conselho Diretor compete:

- Tomar conhecimento e deliberar sobre as questões ligadas à administração do CRCPE, inclusive de suas Delegacias e Representações;
- Por proposição do Presidente, analisar a criação de cargos e funções, a fixação dos salários e concessão de aumentos e gratificações, adequando o Quadro de Pessoal e o Regulamento Próprio, submetendo-o a aprovação do Plenário;
- Estudar e planejar as gestões orçamentária, administrativa e financeira do CRCPE;
- Propor ao Plenário a criação, alteração e extinção de Delegacias e Representações e a nomeação e exoneração de Delegados e Representantes;
- Zelar pelo cumprimento da política de interiorização do CRC-PE;
- Decidir recursos dos empregados contra penalidades aplicadas pelo Presidente, remetendo ao plenário quando não houver unanimidade;
- Elaborar a proposta orçamentária, para o exercício seguinte e opinar sobre os pedidos de créditos adicionais, submetendo-os ao exame da Câmara de Controle Interno e à aprovação do Plenário.
- Opinar sobre os balancetes mensais, balanços do exercício e prestações de contas, submetendo-os ao exame da Câmara de Controle Interno e à aprovação do Plenário;
- Assessorar, orientar e colaborar com o Presidente em sua política e administração.

## Vice-Presidências

Às Vice-Presidências de Administração e Finanças; de Fiscalização, Ética e Disciplina; de Desenvolvimento Profissional; de Controle Interno; Técnica e de Registro; que são órgãos executivos, compete:

- superintender, orientar e coordenar os serviços e as atividades do CRCPE no âmbito das vice-presidências respectivas;
- auxiliar o presidente no planejamento, na execução, na avaliação e no controle dos objetivos fixados em suas respectivas áreas de atuação;
- coordenar as sessões das Câmaras afetas às suas vice-presidências;
- submeter ao Plenário as decisões de suas respectivas Câmaras;
- emitir voto de qualidade quando houver empate nos julgamentos de suas Câmaras; e
- gerir as atividades relacionadas ao atendimento, às consultas e aos questionamentos referentes aos assuntos pertinentes a suas respectivas Câmaras.

## Comissão de Gestão da Governança

Por meio da Portaria CRCPE n.º 072-A, de 22 de novembro de 2018, o CRCPE instituiu a Comissão de Gestão da Governança Organizacional, que tem como competências:

- auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos na Resolução;
- incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados, no CRCPE, que promovam soluções para a melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório; e
- promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança.

São objetivos da Governança Institucional do Sistema CFC/CRCs:

- direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais, alinhando as ações às necessidades das partes interessadas, de modo a assegurar o alcance dos objetivos e a prestação de serviços de qualidade;
- estabelecer as metas dos indicadores e monitorar o desempenho e os resultados alcançados no cumprimento da estratégia e dos objetivos;
- promover ações de atualização e capacitação da alta administração com vistas à otimização dos resultados institucionais e à tomada de decisão embasada em informações de qualidade;
- garantir o cumprimento de padrões elevados de conduta pelos membros da alta administração e pelo corpo funcional;
- definir formalmente funções, competências e responsabilidades, objetivando a segregação de funções críticas e o balanceamento de poder;
- aperfeiçoar os controles internos e implementar a gestão de risco aos processos e procedimentos de trabalho, garantindo sua eficácia e melhoria no desempenho das atividades;
- atuar em conformidade legal, primando pela qualidade nos procedimentos, pela desburocratização e pela transparência;
- promover a comunicação aberta, voluntária e transparente, fortalecendo a participação social e o acesso público à informação.

## Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPE, instituída pela Portaria n.º 167, de 11 de dezembro de 2019, cujas competências foram definidas por meio da Resolução CRCPE n.º 381, de 20 de julho de 2020 têm a finalidade de:

- conhecer e apurar as denúncias de infrações que estão em desacordo com o Código de Conduta;
- orientar, dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre os casos omissos;
- apresentar relatório anual de suas atividades ao presidente do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco;
- desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade;
- aplicar os dispositivos do Código de Conduta, esclarecendo e julgando comportamentos com indícios de desvios de conduta dos funcionários do CRCPE;
- elaborar e propor alterações ao Regimento Interno para regular a estrutura organizacional, competência, atribuições, funcionamento, princípios, deveres e responsabilidades, e normas e procedimentos das Comissões, devendo ser aprovado por meio de Resolução.

Outrossim, a Comissão terá natureza investigativa e consultiva e poderá instaurar processo para apuração de fato ou conduta que venha a ferir os postulados éticos recomendados funcionários e colaboradores do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

## Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CRCPE para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o Regional.

Com a intenção de regulamentar a política de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, de acordo com as normas gerais estabelecidas na Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, nos termos do inciso I do § 3º do Art. 37 da Constituição Federal, foi aprovada a Resolução CFC n.º 1.544, de 16 de agosto de 2018.

Compete à Ouvidoria:

- promover a participação do usuário na gestão do Conselho de Contabilidade, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- acompanhar a prestação dos serviços, visando garantir a sua efetividade;
- propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;
- auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos na Resolução;
- propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações da Resolução;
- receber, analisar e encaminhar às unidades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento, a coerência das respostas com as informações constantes na Carta de Serviços ao Usuário do CRCPE e a efetiva conclusão das manifestações dos usuários;
- estabelecer e manter um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente com os cidadãos que buscam os serviços do CRCPE;
- promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o CRCPE, sem prejuízo de outros órgãos competentes, com a finalidade de ampliar e aperfeiçoar os espaços de relacionamento e participação da sociedade com a gestão do CRCPE;
- processar as informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de avaliar os serviços prestados, em especial sobre o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Usuário;
- produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas para aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;
- exercer as atribuições do Serviço de Informações ao Cidadão, de que trata o Art. 6º da Resolução CFC n.º 1.439, de 19 de abril de 2013; e
- receber, tratar e dar resposta às solicitações encaminhadas por meio do formulário Simplifique!.

## Portal da Transparência e e-SIC

Com o objetivo de regulamentar a política de acesso e segurança da informação, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, de acordo com as normas gerais estabelecidas na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, o CFC publicou a Resolução n.º 1.439, em 19 de abril de 2013.

O Portal da Transparência é um canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e à sociedade brasileira.

É dever do CRCPE promover, independentemente de requerimento (transparência ativa), a divulgação no Portal da Transparência e Acesso à Informação, no âmbito de suas competências, informações de interesse geral por ele produzidas ou custodiadas.

O Portal da Transparência e Acesso à Informação deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- manter disponíveis e atualizadas as informações para acesso por, no mínimo, 5 (cinco) anos;
- indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou presencial, e
- adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do Art. 17 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do Art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008.

Quanto à transparência passiva, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do CRCPE, é o canal de comunicação entre o cidadão e o CRCPE para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso a Informação, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

São atribuições do e-SIC:

- atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- informar sobre a tramitação de documentos;
- protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, com entrega de número de protocolo para o acompanhamento da tramitação pelo requerente; e
- encaminhar as demandas às áreas responsáveis, conforme o grau de complexidade ou nível de competência.

## Controle Interno

A Coordenadoria de Controle Interno do CRCPE, vinculada à Câmara de Controle Interno, que é órgão deliberativo específico do Conselho, tem por finalidade auxiliar no planejamento, controle e avaliação da execução orçamentária e financeira do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, e compete:

- coordena e executa as ações de controle interno do CRCPE, assegurando a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, legitimidade, integridade, confiabilidade, adequação e eficácia dos procedimentos, das práticas e das informações orçamentárias, contábeis, patrimoniais, administrativas, financeiras e operacionais.

## Auditoria Interna

O CRCPE é anualmente auditado pelo CFC, sendo os resultados analisados pela Câmara de Controle Interno do Regional, conforme a Resolução CFC n.º 1.370/2011, alterada pela Resolução CFC n.º 1.505/2016.

## Agentes de Integridade

Os Agentes de Integridade são empregados designados pelo presidente do CRCPE para exercer cargos de gestão, bem como os membros do Comitê de Integridade, que serão responsáveis pelas discussões, decisões e apoio à implementação e à evolução do Programa de Integridade do CRCPE.

## Comitê de Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos do CRCPE, instituída por meio da Resolução CRCPE n.º 372, de 11 de dezembro de 2019, tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos no processo de gestão de riscos integrados ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, programas, projetos e processos do CRCPE.

A Política de Gestão de Riscos do CRCPE observará:

- os princípios de transparência, ética, eficiência e integridade;
- o estabelecimento de gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna;
- a aplicação de forma contínua e integrada ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs e aos processos organizacionais, subsidiando a tomada de decisões;
- o propósito em agregar valor aos processos internos, apoiando a melhoria contínua da gestão do CRCPE;
- o alinhamento ao perfil de risco do CRCPE;
- a necessidade em ser dinâmica, interativa e integrada às oportunidades e à inovação.

A Política de Gestão de Riscos do CRCPE tem por objetivos:

- mapear e aperfeiçoar os processos e as informações relacionadas a riscos e controles, assegurando que os responsáveis pelas tomadas de decisão, em todos os níveis, tenham informações suficientes para identificar e tratar riscos, otimizando as oportunidades e minimizando a ocorrência de ameaças;
- fomentar o alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;
- observar os aspectos da ética, conduta, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade nos controles da gestão de riscos;
- otimizar a transparência e a prestação de contas à sociedade;
- integrar as informações relacionadas a riscos e controles de gestão ao processo do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, na busca do atendimento aos objetivos institucionais.

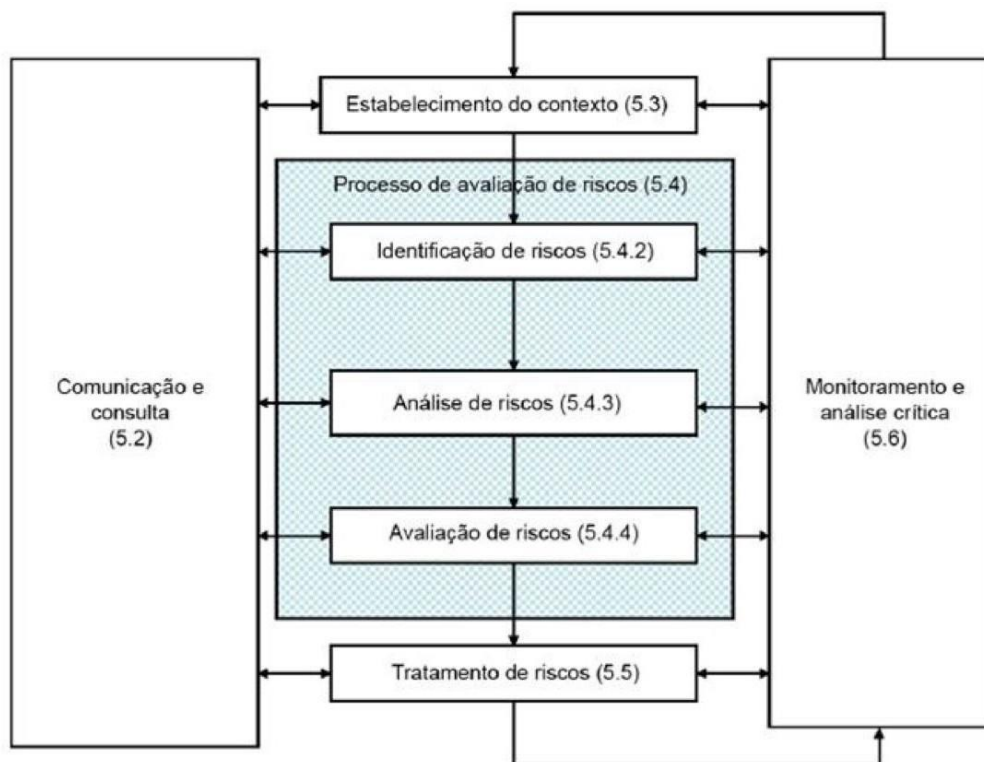
Em dezembro de 2019, o CRCPE instituiu seu Comitê de Gestão de Riscos, ao qual compete:

- elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCPE;
- assessorar a alta direção;
- comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos;
- recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos;

- tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCPE;
- estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos;
- realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas;
- orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos;
- elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos';
- comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos.

Por meio da Resolução n.º 376, de 10 de fevereiro de 2020, o CRCPE aprovou seu Plano de Gestão de Riscos, no qual estão descritos os procedimentos a serem utilizados na aplicação da metodologia, conceitos, papéis e responsabilidade, classificação, avaliação e adoção de respostas aos eventos de riscos, instruções para o monitoramento e a comunicação, a fim de orientar e subsidiar a implantação do gerenciamento de riscos nos principais processos e/ou atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais do CRCPE.

O fluxo do processo de Gestão de Riscos está descrito na ilustração a seguir:



**Figura2** – Processo de Gestão de Riscos da ISO 31000 (ABNT, 2009)



## Estratégias de Monitoramento Contínuo

Art. 4º São objetivos da Governança Institucional do Sistema CFC/CRCs:

- I. direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais, alinhando as ações às necessidades das partes interessadas, de modo a assegurar o alcance dos objetivos e a prestação de serviços de qualidade;
- II. estabelecer metas dos indicadores e monitorar o desempenho e os resultados alcançados no cumprimento da estratégia e dos objetivos;

As estratégias de monitoramento objetivam acompanhar as ações previstas neste Plano de Integridade e aprovadas pela Alta Administração, com vistas a avaliar os resultados alcançados pelo Programa. No escopo do monitoramento, incluem-se as ações descritas neste Plano, as medidas de fortalecimento das instâncias relacionadas ao tema e os meios de comunicação, as iniciativas de capacitação de líderes e colaboradores e reporte utilizados pelo CRCPE.

O Quadro 2 mostra as ações de monitoramento do Programa de Integridade do CRCPE:

Quadro 2 – Ações de monitoramento do Programa de Integridade do CRCPE		
Ações	Responsável	Realizado em
Disponibilização do Plano de Integridade no site do CRCPE	Comitê de integridade	Permanente
Análise e acompanhamento dos riscos à integridade	Conselho Diretor do CRCPE	Mensal
Aplicação de questionário de avaliação à integridade do CRCPE	Comitê de Integridade	Anual
Avaliação anual do Plano de Integridade do CRCPE	Comitê de Integridade	Anual

O resultado desses monitoramentos será reportado periodicamente ao Conselho Diretor, que acompanhará as medidas relacionadas à prevenção e ao combate aos desvios de conduta, à prática de irregularidades e à ocorrência de atos lesivos.

## Capacitação

As ações de capacitação no âmbito do Plano de Integridade tem o objetivo de oferecer orientações e treinamentos para capacitar e sensibilizar os conselheiros, funcionários e colaboradores do CRCPE sobre as diretrizes, políticas e procedimentos relacionados aos valores éticos e às medidas de integridade do CRCPE.

No Plano de Desenvolvimento de Líderes (PDL) são definidas ações de capacitação, visando à qualificação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos gestores do CRCPE, incluindo o Conselho Diretor, conselheiros, as chefias e Comissão de Governança.

O Quadro 3 consolida os principais planos, cursos ou treinamentos, que influenciam a Integridade do CRCPE:

Plano/Curso/Treinamento
Curso de Licitação com Formação de Pregoeiros
Nova Lei de Licitações - Lei n.º 14.133/2021
Compliance, Governança Corporativa e Gestão de Riscos
Processo Administrativo Disciplinar
Gestão e Fiscalização de Contratos

Transformação Digital na Administração Pública

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Gerenciamento de Riscos em Contratações Públicas

Governança em TI

Proteção de Dados Pessoais no Setor Público

Segurança da Informação

Gestão de Conflitos e Negociação

## Canais de Comunicação

Com vistas à melhoria da gestão e ao atendimento de qualidade ao usuário, o CRCPE tem como compromissos:

- Trabalhar pela gestão transparente, de forma que permita aos profissionais da contabilidade e à sociedade em geral conhecer os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs.
- Receber, avaliar, encaminhar e dar o tratamento adequado às sugestões, pedidos de acesso à informação, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre os serviços prestados pelo CRCPE, de forma a garantir soluções no menor prazo possível.
- Estabelecer e manter um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente com os cidadãos que buscam os serviços do CRCPE.
- Prestar os serviços e atender ao usuário de forma adequada, observando os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.
- Realizar atendimento ao usuário por equipe especializada.
- Atender o demandante sempre com urbanidade, respeito e acessibilidade, sem discriminação ou pré-julgamento, oferecendo-lhe uma resposta objetiva à questão apresentada.
- Agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça, zelando pelos princípios da ética, moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência pública.
- Restringir o acesso a dados pessoais sensíveis.
- Em caso de atendimento presencial, realizar atendimento preferencial para gestantes, lactantes ou pessoas com crianças de colo, pessoas idosas (acima de 60 anos) e pessoas com deficiência (Lei n.º 10.048/2000 e Lei n.º 10.741/2003).
- Manter uma central de atendimento telefônico, facilitando o acesso do cidadão ao CRCPE.
- Realizar campanhas internas e treinamento dos funcionários, buscando continuamente excelência nos serviços de atendimento.
- Fazer uso de instrumentos de aferição da satisfação dos usuários, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços.
- Facilitar e agilizar o acesso aos serviços, colocando à disposição do usuário sistemas *on-line* na rede mundial de computadores.
- Promover a modernização da estrutura física, incluindo a sinalização visual e tecnológica das unidades de atendimento e dos canais de comunicação com o público.
- Manter na rede mundial de computadores meios de acesso à informação para pessoas com deficiência.
- Garantir segurança, limpeza, acessibilidade e conforto das unidades de atendimento ao público.

## Canais de Atendimento ao Usuário



### Endereço

Rua Carlos Gomes, 481, Prado. CEP: 50720-135, Recife(PE), Brasil.



### Horário de funcionamento

8h às 16h00, de segunda à sexta-feira.



### Portal do CRCPE

O Portal do CRCPE na internet <http://www.crcpe.org.br> apresenta os principais serviços, disponibiliza a legislação de interesse da profissão contábil, notícias da classe contábil, além de informações institucionais. Os profissionais da contabilidade, devidamente registrados no Conselho, têm à disposição o acesso a diversos serviços por meio dos Serviços Online, mediante número de registro e senha no portal do CRCPE.

### Redes sociais



Facebook



Instagram



YouTube

## Principais Contatos Institucionais

O Quadro 4 elenca os principais contatos institucionais:

Quadro 4 – Principais contatos institucionais	
Área	E-mail / Endereço
Fale Conosco	<a href="mailto:crcpe@crcpe.org.br">crcpe@crcpe.org.br</a>
Ouvidoria	<a href="http://www.crcpe.org.br/ouvidoria/">http://www.crcpe.org.br/ouvidoria/</a>
e-SIC	<a href="http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html">http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html</a>
Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta	<a href="mailto:codigodeconduta@crcpe.org.br">codigodeconduta@crcpe.org.br</a>
Comissão de Governança do CRCPE	<a href="mailto:governanca@crcpe.org.br">governanca@crcpe.org.br</a>
Presidência	<a href="mailto:presidencia@crcpe.org.br">presidencia@crcpe.org.br</a>
Diretoria Executiva	<a href="mailto:diretoria@crcpe.org.br">diretoria@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência de Registro	<a href="mailto:registro@crcpe.org.br">registro@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina	<a href="mailto:fiscalizacao@crcpe.org.br">fiscalizacao@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional	<a href="mailto:educacao@crcpe.org.br">educacao@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência Técnica	<a href="mailto:presidencia@crcpe.org.br">presidencia@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência de Controle Interno	<a href="mailto:cci@crcpe.org.br">cci@crcpe.org.br</a>
Vice-Presidência de Administração e Finanças	<a href="mailto:diretoria@crcpe.org.br">diretoria@crcpe.org.br</a>

## Gerenciamento dos Riscos à Integridade

O gerenciamento de riscos à integridade é um dos fundamentos que torna o Programa de Integridade sustentável, a partir da prevenção, da detecção, da punição e da remediação de eventos que confrontem ou ameacem os princípios éticos e a adoção do monitoramento de controles internos que auxiliem no alcance dos objetivos do Sistema CFC/CRCs e preservem a sua boa imagem e a confiança da sociedade na entidade.

Esse gerenciamento obedece às diretrizes da Política de Gestão de Riscos e às etapas previstas na Metodologia de Gestão de Riscos do Sistema CFC/CRCs.

No CRCPE, risco à integridade é o evento relacionado a corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, que possa comprometer os valores e padrões preconizados pela instituição e a realização de seus objetivos. O Apêndice I mostra as categorias de riscos à integridade definidas na metodologia de gestão de riscos do CRCPE. O Apêndice II apresenta as etapas da metodologia de gestão de riscos à integridade e as ações desenvolvidas no âmbito de cada etapa da metodologia durante os processos de gerenciamento dos riscos à integridade selecionados para esta versão do Plano de Integridade.

## Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. As normas gerais contidas na LGPD são de interesse nacional e devem ser observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

## Políticas e termos relacionados à estruturação interna em atendimento à LGPD

- Política Interna de Proteção aos dados pessoais do CRCPE - aprovada por meio da Portaria CRCPE n.º 105, 25 de junho 2021.
- Política de Cookies - aprovada por meio da Portaria CRCPE n.º 106, 25 de junho 2021
- Política de Privacidade de Eventos - aprovada por meio da Portaria CRCPE n.º 107, 25 de junho 2021.
- Política de Privacidade - aprovada por meio da Portaria CRCPE n.º 110, 25 de junho 2021.
- Política de Controle de Acesso Lógico - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 397, de 27 de outubro de 2022.
- Política Interna de Proteção de Dados Pessoais - aprovada por meio da Portaria CRCPE 105, 25 de junho 2021.
- Política de Segurança da Informação (PSI) - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 398, de 27 de outubro de 2022.
- Política de Controle de Ativos de Tecnologia da Informação - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 403, de 27 de outubro de 2022.
- Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 401, de 27 de outubro de 2022.
- Política de Incidentes de Segurança da Informação - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 399, de 27 de outubro de 2022.
- Política de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais - aprovada por meio da Resolução CRCPE n.º 400, de 27 de outubro de 2022.
- Plano de Continuidade de Tecnologia da Informação (PCTI) - aprovado por meio da Portaria CRCPE n.º 213, de 24 de novembro de 2022.
- Termos e Condições de Uso
- Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade com Pessoa Jurídica - aprovado por meio da Portaria CRCPE n.º 209, de 24 de novembro de 2022.
- Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade dos Conselheiros - aprovado por meio da Portaria CRCPE n.º 210, de 24 de novembro de 2022.
- Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade dos Funcionários - aprovado por meio da Portaria CRCPE n.º 211, de 24 de novembro de 2022.
- Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade dos Terceirizados - aprovado por meio da Portaria CRCPE n.º 212, de 24 de novembro de 2022.

## Considerações Finais

O Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco tem todo o interesse em fortalecer e amadurecer sua política em busca da integridade, tendo como foco regular seu funcionamento de forma transparente, a fim de que todas as atividades e todo o trabalho de gestão se voltem para os objetivos estratégicos e propiciem o alcance de sua missão institucional. Desse modo, o Conselho reconhece a essencialidade dos mecanismos e das funções de gestão, não somente de integridade, mas também de riscos e controles internos para assegurar o alcance das metas estabelecidas.

Vale mencionar que o âmbito do gerenciamento de riscos se torna peça-chave nesse andamento, já que possibilita a identificação antecipada dos eventos que podem se constituir em possíveis ameaças para o alcance dos objetivos da entidade. Além disso, possibilita o desenvolvimento de uma comunicação eficaz, contribuindo para o aperfeiçoamento das bases para o direcionamento estratégico e para a tomada de decisões; auxilia na cultura compliance, priorizando o cumprimento das leis e regulamentos; e contribui para a mitigação de possíveis riscos de corrupção e desvios éticos, preservando sua reputação perante a sociedade.

A expectativa é que, com o conjunto de medidas adotado e com as ações que estão sendo e que serão implementadas, o CRCPE assegure os resultados almejados pela classe contábil e por toda a sociedade e que essa iniciativa permita, além do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança e integridade, uma melhoria significativa nas atividades que envolvem gestão de riscos, controles internos, conformidade e accountability.

De maneira eminente, o Conselho acredita que esse Plano de Integridade fortalece as diretrizes para uma conduta íntegra, ética, transparente e responsável por parte de seus dirigentes, funcionários, colaboradores e, de modo geral, por toda classe contábil, se disseminando como bom exemplo a ser seguido.

## Apêndice I – Categorias de Riscos à Integridade

O Quadro 5 relaciona as subcategorias de riscos à integridade do CRCPE.

Quadro 5 – Subcategorias de riscos à integridade do CRCPE	
Subcategoria	Descrição
Conduta profissional inadequada	Deixar de realizar as atribuições conferidas com profissionalismo, honestidade, imparcialidade, responsabilidade, seriedade, eficiência, qualidade e/ou urbanidade.
Abuso de posição ou poder	Manter conduta contrária ao interesse público, valendo-se da sua condição para interesse privado, em benefício próprio ou de terceiros. Exemplos: conceder cargos ou vantagens em troca de apoio ou auxílio e esquivar-se do cumprimento de obrigações, ou falsificação de informação para interesses privados.
Vazamento de dados	Repassar informações pessoais e ou sensíveis a terceiros, ou pessoas não autorizadas, infringindo normas e diretrizes da LGPD e Segurança da Informação por recebimento de vantagem indevida.
Ameaças à imparcialidade e à autonomia técnica	Ser influenciado a agir de maneira parcial por pressões internas ou externas indevidas, normalmente ocorridas entre pares, por abuso de poder, por tráfico de influência ou constrangimento ilegal.
Obstar o canal de denúncias	Manter falta de tratativa ou de imparcialidade relacionada às manifestações referentes à alta gestão, ou a qualquer envolvido, por recebimento de vantagem indevida ou coação hierárquica.
Uso indevido de autoridade	Contra o exercício profissional: atentar contra os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional com abuso ou desvio do poder hierárquico ou sem competência legal para atender interesse próprio ou de terceiros. Ato movido por capricho, maldade, perseguição, vingança ou outra motivação que não se enquadre no princípio da moralidade dos atos da administração pública. Realizar transferência ou dispensa arbitrária de algum trabalho relevante, pressionar servidor a omitir-se, por estar exercendo suas funções fiscalizatórias (ou seja, sua atividade profissional) em órgãos do próprio estado, exigindo o cumprimento da lei. Proceder a qualquer tentativa de obrigar o servidor a executar o que evidentemente não está no âmbito das suas atribuições ou a deixar de executar o que está previsto.
	Contra a honra e o patrimônio: atentar contra a honra ou o patrimônio de pessoa natural (no caso, servidor público) ou jurídica com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal para atender interesse próprio ou de terceiros.
Nepotismo	Nomear, designar, contratar ou alocar familiar de Conselheiros ou de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança para exercício de cargo em comissão, função de confiança ou prestação de serviços no CRCPE.
Conflito de Interesses	Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo: exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas.
	Intermediação indevida de interesses privados: atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados no CRCPE ou nos órgãos ou entidades da administração pública.
	Concessão de favores e privilégios ilegais a pessoa jurídica: praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão.
	Recebimento de presentes/vantagens: receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento.
	Divulgação ou uso indevido de dados ou informações: divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas, bem como permitir o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações da Administração Pública.

Uso indevido ou manipulação de dados/informações	<p>Alteração indevida de dados/informações: fornecer ou divulgar dados ou informações intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa, bem como inserir ou facilitar a inserção de dados falsos em sistemas informatizados para atender interesse próprio ou de terceiros.</p> <p>Restrição de publicidade ou de acesso a dados ou informações: restringir ou retardar a publicidade ou acesso a dados ou informações, ressalvados os protegidos por sigilo, bem como extraviar ou inutilizar dados e informações para atender interesse próprio ou de terceiros.</p>
Desvio de pessoal ou de recursos materiais	<p>Desviar ou utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de entidades públicas, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades para fins particulares ou para desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.</p>



## Apêndice II – Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos em Riscos à Integridade

O Quadro 6 mostra as etapas da operacionalização de gestão de riscos utilizadas para o gerenciamento de riscos à integridade e as ações envolvidas em cada etapa.

Quadro 6 – Etapas da operacionalização de gestão de riscos para o gerenciamento de riscos à integridade	
Etapa	Ação
Estabelecimento do contexto	Analisar os contextos externo e interno do CRCPE e do Planejamento Estratégico, no que tange aos objetivos e macroprocessos construídos e mapeados.
Mapeamento dos processos	Mapear os processos de todos os setores do CRCPE com a participação efetiva de seus respectivos gestores e subordinados.
Identificação de riscos	Após a constatação das situações anteriores, efetuar o reconhecimento e descrição de riscos, baseados em eventos que possam evitar, reduzir, acelerar, atrasar ou descontinuar a realização dos objetivos.
Análise de riscos	Compreender a natureza dos riscos, analisando as suas possíveis causas e consequências.
Avaliação de riscos	Estimar e determinar os níveis dos riscos mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos.
Priorização de riscos	Definir quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior.
Tratamento dos riscos	Determinar a resposta mais adequada para modificar a probabilidade ou impacto de um risco.
Monitoramento	Verificar, supervisionar, observar criticamente ou identificar a situação de riscos realizado de forma contínua para determinar a adequação e a eficácia dos controles internos e atingir os objetivos estabelecidos.
Comunicação	Manter e regular, constantemente, o fluxo de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.



**CRCPE**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DE PERNAMBUCO

Rua Carlos Gomes, 481, Prado  
CEP: 50720-135, Recife(PE), Brasil.

